

A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA – UM BREVE DEBATE SOBRE A REGIONALIZAÇÃO A PARTIR DE SUAS FRONTEIRAS

THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA - A BRIEF DEBATE ON REGIONALIZATION FROM ITS BORDERS

Matheus Felipe Alves dos Santos Lima

Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade de Brasília (POSGEA - UnB) (2023). Possui Intercambio doutoral na Corvinus University of Budapest (Corvinus Institute for Advanced Studies - CIAS).

E-mail: lima.felipe@aluno.unb.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-5702-5539>

RESUMO

O fenômeno de intensa transformação visto na sociedade Chinesa nos últimos anos apresenta políticas de modificação do espaço e possui consequências sobre cadeias internacionais de produção do espaço e de mercadorias. O trabalho a seguir busca o debate sobre as espacialidades conflitantes da China, suas intencionalidades regionais e os impactos internos e externos a partir das modificações e disputas dos principais pontos de projeção de poder geopolítico e econômico liderados por Pequim. As localidades evidenciadas são Hong Kong, Taiwan e Mar do Sul da China que se caracterizam pelas funcionalidades atribuídas como polos de centralidades estruturante para a constituição econômica e pontos de disputas para reafirmação espacial e econômica chinesa. As ZEEs funcionam como ponto nodal para reprodução de técnicas, formatação de base industrial e ampliação de política desenvolvimentista construídas no espaço tempo. A partir do viés funcionalista do espaço são abarcados conceitos de diferenciação do território regional e da regionalização de paisagens do extremo oriente.

Palavras-chave: geoestratégia; regionalização chinesa; ZEEs.

ABSTRACT

The phenomenon of intense transformation seen in Chinese society in recent years presents policies for modifying space and has consequences for

Geografia: Publicações Avulsas. Universidade Federal do Piauí, Teresina, v.6, n. 1, p. 6-22, jan./jun. 2024.

international chains of production of space and goods. The following work seeks to debate China's conflicting spatialities, its regional intentions and the internal and external impacts of the modifications and disputes over the main points of geopolitical and economic power projection led by Beijing. The locations highlighted are Hong Kong, Taiwan and the South China Sea, which are characterized by the functionalities attributed to them as poles of structuring centralities for economic constitution and points of dispute for Chinese spatial and economic reaffirmation. The EEZs function as a nodal point for the reproduction of techniques, the shaping of the industrial base and the expansion of development policies built up over time. Concepts of regional territorial differentiation and the regionalization of Far Eastern landscapes are covered from a functionalist perspective.

Keywords: *geostrategy; chinese regionalization; SEZs.*

INTRODUÇÃO

A República Popular da China passou por intensas transformações nos últimos cinquenta anos, a sociedade rural torna-se urbana e industrial, e passa a disputar protagonismos centrais no mundo globalizado. A sociedade milenar chinesa traz práticas antigas de organização, filosofia, simbologias e culturas que impactam diretamente nas formas espaciais atuais. A população chinesa é condição para as práticas políticas, fato que condiciona a administração nacional de gestão socioeconômica (Cintra; Pinto, 2017). A partir do contingente populacional estimado em 1,3 bilhões de pessoas (Worldbank, 2019) as demandas por organização de populações perfazem os planos econômicos do governo unipartidário do país.

A produção chinesa no campo se baseia no cultivo de grãos para a alimentação de milhões de pessoas que ainda residem nas porções rurais do país. As cinquenta etnias diferentes, como a de Han e Manchu, integram tanto as áreas rurais quanto as áreas urbanas chinesas. Ocorre concentração populacional na região sudeste do país com 6/7 da população vivendo em 1/3 do território (Chaoui *et al.* 2009). Tal concentração populacional possui origens históricas, naturais geográficos, intencionalidade política sobre a distribuição de populações.

Durante a dinastia Qing (1644-1912) ocorre a consolidação do território chinês com a conquista de reinos menos proeminentes, a fome atinge grande parte da população culminando no surgimento do terraceamento para o cultivo agrícola, e a noção das problemáticas de uma grande população é percebida pelo governo central. Ao longo da história, a China passará por períodos de abertura e de isolamento em relação à outras nações, aspecto esse derivado de sucessiva atenção governamental sobre maiores ligações de porções do território com áreas estrangeiras ou de sentimentos de “não pertencimento” de populações em relação a partes fronteiriças do território chinês (Fairbank; Goldman, 2006).

O temor a dissolução da China densamente povoada corrobora para a formação de políticas protecionistas juntamente a necessidade de empregabilidade de seus cidadãos. São feitos constantes estímulos à agricultura não mecanizada por risco de desemprego e risco de decréscimo de alimentos por diminuição de áreas plantadas possíveis, é característica Chinesa a aglutinação de vizinhos em unidades de produção fabril baseadas em pequenas propriedades. Esse fato torna a agricultura Chinesa pouco competitiva e retarda a industrialização pela baixa conexão aos grandes centros metropolitanos.

Durante o século XIX ocorre a ampliação do comércio chinês, crescimento de cidades e de infraestrutura, e a formação de um sistema bancário com transações monetárias. Nessa fase, não ocorre a implementação capitalista devido ao Estado protecionista e lentos períodos transicionais. Se faz neste momento a abertura forçada do isolamento que perdurava desde o século XIV decorrentes das guerras na Índia.

A abertura tem início a partir do esforço britânico de ampliar a venda de ópio à China, inserido em um processo comercial que assegurava à Inglaterra a captação de prata chinesa por meio de sua colônia indiana. A balança comercial positiva permitia aos ingleses ganhos no extremo oriente (Fairbank; Goldman, 2006). A disputa culminou em duas guerras (1839 - 1842 e

1856 - 1860), cujos ingleses vitoriosos empossaram-se de diversos territórios chineses somados ao surgimento da Rebelião Taiping (1851 - 1864).

A Revolução de Xinhai (1911) pôs fim a grande dinastia Qing assolada por desequilíbrios econômicos das guerras do Ópio, fome e enchentes. Durante a revolução surgem o Kuomintang (1911) e o Partido Comunista Chinês (1921) que disputam o poder por Pequim. O último, influenciado pela revolução Russa, teve como figura máxima Mao Tse-Tung que desencadeia lutas no campo a partir das ideias propostas por Karl Marx (Pomar, 2004). Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Kuomintang se alia aos Estados Unidos da América (EUA) para a luta contra as intencões territoriais japonesas, vencem em 1949, entretanto Tse-Tung conquista Pequim e expulsa o partido Kuomintang para a ilha de Taiwan.

Mao Tse-Tung cria independência política da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), investe em projetos nucleares, e cria possibilidades para o comércio com os EUA. O brilhantismo internacional de Mao conjura aos planos do “Grande Salto à Frente” e da “Revolução Cultural”, o primeiro consistia na coletivização agrícola (retomada de planos agrários localizados), desenvolvimento industrial e realocação de populações inteiras para áreas pouco habitadas do país, já o segundo plano se baseava na tentativa da criação de nova sociedade socialista com a revisão de valores, perseguição de opositores, e apagamento da antiga cultura confucionista (sociedade hierarquizada). Os dois planos sucumbem, entretanto o movimento de independência prática proporcionado por Mao Tse-Tung coloca a China em nova posição de protagonismo global, as ideias do antigo líder se tomam então um ideal a ser seguido pelo regime conhecido atualmente (Pomar, 2004).

No ano de 1971 os EUA, cuja parcerias comerciais baseavam-se apenas na Rep. Da China (Taiwan), troca suas alianças em um movimento de ampliação de mercados com a visita de Richard Nixon à Pequim para aproximação diplomática. Ocorre após a morte de Mao Tse-Tung grandes

investimentos em agricultura, indústria, defesa, ciência e tecnologia nos anos 1950 sob o comando de Deng Xiaoping. O plano iniciado em 1976 tem intenções de término para o ano de 2026 e conta com elementos que unem ideias capitalistas e socialistas em um país complexo, como por exemplo cotas básicas destinadas para o governo a partir de lucros de empreendimentos privados, abertura de empresas privadas (governantes e militares com facilidades) e estratégias exportadoras com a "Política de Portas Abertas". A abertura gradual e lenta da China ocorre para potencialização de políticas internas econômicas baseadas em pontos específicos do território visando a manutenção do partido comunista Chinês para o controle contínuo e absoluto (Saraiva, 2012).

A partir dessa lógica constroem-se Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) nutridas de capital estrangeiro para as exportações mundiais. Logo, o presente artigo problematiza de que maneira a abertura econômica chinesa, conduzida de forma territorialmente seletiva por meio das ZEEs, atua simultaneamente como estratégia de inserção internacional e como mecanismo de manutenção do controle político central. Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo analisar a abertura gradual da China a partir da organização de áreas específicas do território, compreendendo o papel das ZEEs na captação de capital estrangeiro, na estruturação da base produtiva voltada à exportação e na consolidação do poder político do Partido Comunista Chinês.

Utiliza-se como base metodológica os princípios da região homogênea de Hartshorne dentro do escopo da Geografia Crítica. O artigo está dividido em três partes: a primeira descreve a metodologia utilizada para a construção do estudo, a segunda, intitulada "As Fronteiras do Regime Chinês: ZEEs e Territórios Semiautônomos", analisa a organização territorial e econômica da China, destacando a criação das Zonas Econômicas Especiais, a migração interna, a urbanização planejada e a projeção política e econômica das regiões estratégicas sob a ótica da Geografia Crítica. A terceira parte,

Geografia: Publicações Avulsas. Universidade Federal do Piauí, Teresina, v.6, n. 1, p. 6-22, jan./jun. 2024.

“Dualidades Chinesas”, aborda, em forma de discussão, as tensões entre desenvolvimento interno e integração global, enfatizando o fortalecimento do mercado consumidor interno, a mitigação de crises econômicas externas e as desigualdades e hierarquias culturais geradas pela organização espacial do capitalismo na China.

METODOLOGIA

Neste artigo foi adotada uma abordagem metodológica fundamentada nos princípios da região homogênea, alinhada ao neopositivismo e à geografia quantitativa, conforme sistematizado por Hartshorne (1978). Essa abordagem permite a identificação de padrões espaciais relativamente estáveis, bem como a comparação entre áreas que compartilham características econômicas, funcionais e territoriais semelhantes, possibilitando a delimitação inicial das regiões analisadas a partir de critérios objetivos e mensuráveis.

Para além dessa perspectiva inicial, a análise foi ampliada de modo a incorporar conceitos oriundos da regionalização funcional do espaço, associados à Geografia Crítica e aos estudos sobre os processos capitalistas de produção e reprodução do espaço geográfico (Hartshorne, 1978; Lipietz, 1985; Harvey, 2005; Markusen, 1995). Essa ampliação metodológica tornou possível compreender o território como resultado de dinâmicas históricas, políticas e econômicas desiguais, marcadas por intencionalidades estatais e por estratégias de inserção no sistema capitalista global.

O foco da investigação recaiu sobre as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) da China e sobre os territórios sob regime político especial, entendidos como ambientes-chave para a discussão da constituição territorial chinesa contemporânea. Esses espaços foram analisados enquanto polos de centralidade econômica, nós de articulação entre capital nacional e estrangeiro e instrumentos de regionalização seletiva do território,

fundamentais para a compreensão da estratégia de desenvolvimento e controle político adotada pelo Estado chinês.

A metodologia adotada envolveu, inicialmente, uma revisão bibliográfica sistemática, com ênfase em estudos econômicos, geográficos e geopolíticos relacionados às áreas analisadas (Marconi; Lakatos, 2003). As buscas foram realizadas principalmente nas bases Periódicos CAPES, *Google Scholar* e em obras clássicas e contemporâneas da Geografia Política e Econômica, priorizando artigos científicos, livros e relatórios institucionais amplamente reconhecidos. Os operadores booleanos utilizados foram “ZEEs China”. Essa revisão forneceu o embasamento teórico necessário para a compreensão das dinâmicas espaciais, econômicas e políticas gerais associadas às ZEEs e aos territórios estratégicos chineses.

A partir desse referencial, foi conduzida uma análise qualitativa de caráter descritivo-analítico, voltada à identificação das diferentes facetas do território chinês, indo além da homogeneidade inicialmente explorada (Minayo, 2014). Foram examinadas as intencionalidades internas do Estado chinês, expressas nas políticas de desenvolvimento regional, bem como os projetos nacionais que orientam a projeção política e econômica da China ao longo do tempo. Dessa forma, buscou-se compreender as características geográficas e econômicas desses espaços, bem como contextualizar as motivações subjacentes e os objetivos estratégicos que moldam a evolução das ZEEs no panorama territorial chinês.

No campo da Geopolítica, a adoção de uma metodologia descritiva mostrou-se adequada por permitir a articulação entre território, poder e economia, sem reduzir a análise a modelos exclusivamente normativos ou preditivos. A descrição analítica das políticas territoriais e das dinâmicas espaciais possibilitou evidenciar como o espaço geográfico é utilizado como instrumento estratégico pelo Estado chinês, especialmente na consolidação do controle político interno e na ampliação de sua inserção econômica internacional.

AS FRONTEIRAS DO REGIME CHINÊS: ZEES E TERRITÓRIOS SEMIAUTÔNOMOS

A perspectiva histórica do território revela traços empíricos de momentos constitutivos da paisagem atual. Cada localidade carrega consigo as marcas de processos históricos diversos, como a colonização, os movimentos migratórios, as transformações econômicas e políticas, e as intervenções humanas na natureza. Essas camadas de história, acumuladas ao longo do tempo, compõem a complexa tessitura dos territórios contemporâneos. O condicionamento de elementos e instrumentos passados influenciam diretamente nas vivências recentes (Costa, 2011). O resgate histórico das relações materializadas no território chinês indica as complexidades do funcionamento da paisagem econômica e social da China.

A divisão espacial é regionalizada, produto da análise mental do pesquisador. A regionalização é definida por relações físicas e humanas no planeta e é campo empírico de verificações de relações gerais (Hartshorne, 1978). Baseia-se no entendimento quantitativo a divisão territorial das zonas de desenvolvimento econômico na China além das implacabilidades socioeconômicas de cada uma dessas regiões.

Segundo Lipietz (1985), as regiões consistem em áreas de acumulação introvertida com demandas mais complexas ou em regiões de dinâmicas econômicas extrovertidas servindo como complemento para as áreas introvertidas, tal funcionamento gera subordinação e conflitos de capitais e trabalho (Lipietz, 1985). No caso chinês, esses conflitos são internalizados ao regime político cujo objetivo está na valorização de áreas específicas para o crescimento econômico.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) se alocaram a partir de 1980 nas ZEEs (Shanghai, Xiamen, Shantou, Shenzhen, Zhuhai e Hainan) cujo regime fiscal especial aglutina investimentos de empresas estrangeiras para utilização de mão de obra qualificada e desvalorizada e recursos naturais em troca de

transferências tecnológicas (Jabbour; Gabrielle, 2021). O governo de Deng Xiaoping transforma a China socialista estatal e isolada baseada na indústria pesada para o chamado socialismo de mercado. Xiaoping praticou políticas econômicas que consistia na abertura de cidades específicas que intermediariam os fluxos de capitais para o interior do país.

A abertura parcial de capitais econômicos ocorre em setores pontuais como a de produtos de bens duráveis ou não duráveis, mantendo a indústria de base estatal nas porções mais a nordeste do país (Manchúria). As áreas estratégicas como a de comunicação e energia elétrica são essencialmente mantidas em posse do governo central, refletindo política de controle e centralização que tem profundas raízes históricas e políticas. Este controle centralizado é uma característica fundamental do modelo de governança chinês, baseado em uma combinação de economia de mercado e planejamento estatal comunista, muitas vezes descrito como "socialismo com características chinesas". Os produtos com poder de agregação, como pequenos utilitários, brinquedos e indústria automotiva são produzidos nas ZEEs.

A exploração sobre leis ambientais mais brandas, desorganização sindical, exército de reserva trabalhadora e baixos salários funcionaram durante os anos 1980, 1990 e 2000 como fortes atrativos para empresas ocidentais se instalarem em território chinês objetivando maiores ganhos em lucratividade. A política de atração da população rural para os grandes centros também é fortalecida durante o governo de Deng Xiaopin, aproximadamente trezentas milhões de pessoas migram para as cidades chinesas em um período de treze anos. As políticas estatais moldam os investimentos na construção de grandes cidades para a remodelação do espaço urbano da China, resultando na verticalização intensa para transformação do espaço e oferecimento de habitações para a mão de obra trabalhadora (Alves; Toyoshima, 2017).

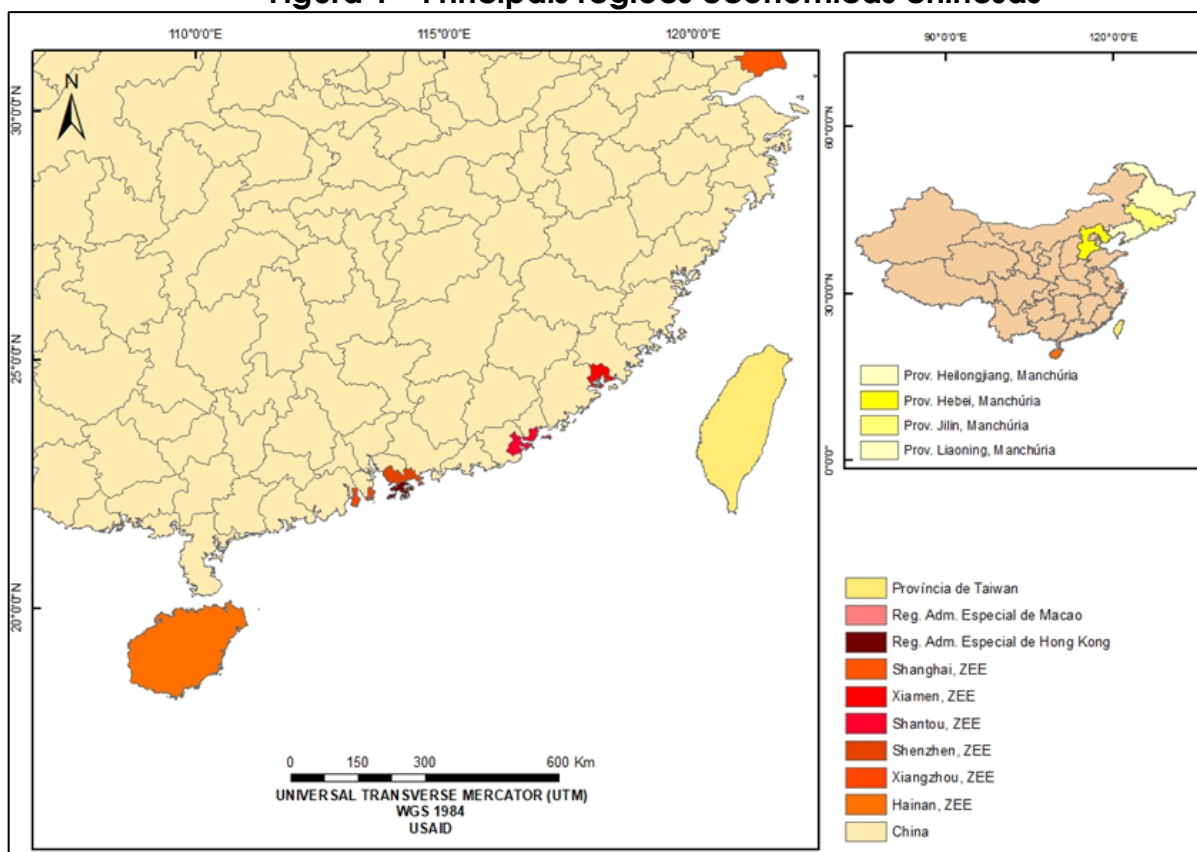
O crescimento acelerado chinês está baseado na sustentabilidade de um modelo de ordenação específica do território para a venda e exportação em massa de produtos. Esse modelo de desenvolvimento territorial é cuidadosamente planejado para maximizar a eficiência econômica, promover o crescimento regional equilibrado e sustentar a posição da produção chinesa. Esse processo aglutina capitais com a intensa entrada de investimentos estrangeiros criando superávits e reinvestimentos em títulos no exterior (Nakatani *et al.*, 2014).

Para além das ZEEs, Hong Kong atribui-se como ponto espacial de livre mercado e maiores liberdades políticas. A antiga cidade de posse britânica tornou-se objeto de intrusão de capitais estrangeiros com sistema político diferenciado. Ocorre a captação de recursos chineses, formatação de ambiente mais seguro para instalação de escritórios empresariais e bancários ocidentais para controle de suas filiais na China. A paisagem com autônoma judiciária, financeira e de migração dá espaço para identidades próprias e formação de ponto para atração de investimentos estratégicos. Ainda, Macao também se caracteriza por uma região de administração especial pelas mesmas intencionalidades econômica de Hong Kong. A diferenciação dos espaços ocorre pelas características do capital nas localidades, criam-se escalas de diferenciações para as próprias estruturas monetárias (Smith, 1988). As especificidades territoriais funcionais abarcam racionalismo para a produção e ganhos em pontos segmentados do espaço objetivando práticas utilitárias e pragmáticas.

Na ilha de Taiwan incidem fatores diplomáticos baseados nas tensões entre o Kuomintang e o Partido Comunista Chinês desde 1949, o território possui ambiente econômico independente, entretanto não conta com autonomia real para relações internacionais. A ilha é região estratégica para presença estadunidense nos mares próximos à China já que estão mantidos os acordos de proteção ocidental anteriores a 1971 (Taiwan como república Chinesa).

A disputa de narrativas incide sobre o território a partir de militarização próxima a costa chinesa, segmentação de investimentos estrangeiros em uma ilha rebelde o que justificaria a caracterização de Taiwan como uma região conflitante para expansão de poderio econômico da China. Na Figura 1 são exibidas as principais regiões econômicas estratégicas da China.

Figura 1 - Principais regiões econômicas chinesas



Fonte: Wei Ge (1999). Britannica Money (2026); Elaborado pelo autor (2026).

No Mar do Sul da China incorrem reivindicações históricas para posse de ilhas e controle de áreas estratégicas para importação e exportação de produtos. O mar é palco de intensas disputas territoriais envolvendo vários países da região, sendo reivindicados partes do mar, ilhas, recifes e atóis. A Nine-Dash Line consiste em um extenso território marítimo ao longo da costa do Vietnã, Camboja, Brunei, Indonésia, Malásia, e Filipinas criando tensões marítimas para controle espaciais. Nessa paisagem a China constrói as

chamadas *Spratly Islands* para a o domínio e atenuação de presença militar na região. Os fatores acima citados engendram os principais pontos para a regionalização baseada no ideal econômico de produção, por tanto funcional do espaço chinês.

O ideal quantitativo regionaliza os territórios a partir da instrumentalização e correlação de fatos através da agregação e desagregação pôr recortes e fenômenos somados as configurações sociais do meio. Os processos e práticas presentes na paisagem exibem as relações sociais do espaço do mundo capitalista. Criam-se diferenciações e tensões a partir das lógicas de ordenamento do território. No caso chinês, os pontos de desenvolvimento de projeção geopolítica se baseiam economicamente em zonas especiais do espaço para intensificação de trocas comerciais.

DUALIDADES CHINESAS

Na China ocorre a adaptação de modelo de produção de mercadorias para fortalecimento socioeconômico interno. A substituição de intensa exportação para investimento nacional, especialização de produção e aumento de classe média consumidora interna percorre a ideia de segurança, autonomia e sustentabilidade de crescimento econômico (Guimarães, 2012). Essa política está fundamentada no investimento direto de Pequim em infraestrutura, ciência e tecnologia e ocorre principalmente a partir do governo de Xi Jinping (2013- atualidade).

As reservas internacionais em dólar e o Produto Interno Bruto (PIB) chinês são consequências da entrada de investimentos através principalmente das zonas econômicas especiais adotadas (Nonnenberg, 2010). A partir das reformas econômicas de Deng Xiaoping no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a zona costeira chinesa recebe a maior parte dos investimentos do país atenuando desigualdades socioespaciais.

As relações de transformação das espacialidades chinesas baseadas principalmente na consolidação das ZEEs culminam no fortalecimento

econômico como nação com amplo protagonismo no cenário político mundial. A China possui economia forte, entretanto também possui peculiaridades como baixo PIB per capita entrando em normativas especiais da Organização Mundial do Comércio (OMC) e outras organizações multilaterais (Vieira, 2006). As disputas de narrativas econômicas frente as novas configurações de países líderes mundiais surgem a fim de exercer novas disputas por espacialidades e de bens e fluxos econômicos.

A geopolítica traça estratégias de relações internacionais, envolvimento de Estados e a relação entre poderes (Horta, 2006). A China utiliza de suas regiões especiais econômicas e semiautônomas para se projetar politicamente e economicamente no cenário global. Essas regiões não só funcionam como motores de crescimento econômico, mas também como instrumentos estratégicos de projeção de poder e influência internacional.

Além disso, o vasto contingente populacional consumidor da China proporciona uma base sólida para o crescimento econômico e o fortalecimento da posição geopolítica do país. Os grandes projetos de Estado da China corroboram para a urbanização e industrialização a longo prazo. As diferenciações funcionais das espacialidades chinesas criam assim dinâmicas inter-regionais de desigualdades internas para alcance de maiores níveis econômicos exteriores.

As opressões culturais decorrentes da produção de espacialidades também são consequências do desenvolvimento desigual do capital sobre o espaço. Mesmo no sistema chinês o espaço é organizado de forma a maximizar o capital, resultando em hierarquias espaciais que refletem e reforçam desigualdades econômicas e culturais. Essas dinâmicas espaciais produzem opressões culturais ao marginalizar determinadas comunidades, culturas e modos de vida, criando paisagens que espelham as relações de poder e dominação. Esse movimento cria hierarquização cultural com

supressão de práticas sociais mais localizadas e tende a igualização de porções do território (Markusen, 1995).

Por fim, a ordenação dos espaços no capitalismo possui tendências a crises, contradições e ao acúmulo do capital em pontualidades específicas do globo (Harvey, 2005). A China através de suas regiões econômicas especiais busca então a estabilização de mercado consumidor interno para comedir crises econômicas mundiais em um movimento possível tendo em vista o contingente populacional atual. As ZEEs da China, como Shenzhen, Zhuhai, Xiamen e Hainan, foram criadas com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros, impulsionar a inovação e promover o desenvolvimento econômico. No entanto, além de seu papel inicial de integração à economia global, essas zonas têm se tornado cruciais para a estabilização do mercado interno.

As ZEEs possuem função de desenvolvimento de infraestrutura de inovação, atração de investimentos domésticos e promoção de consumo local. A estratégia da China de fortalecer seu mercado consumidor interno através das ZEEs e de seu vasto contingente populacional tem como objetivo mitigar os impactos de crises econômicas mundiais.

O cenário global cada vez mais incerto, força a China a gerar demanda interna e sustentar o crescimento econômico extra ocidente fomentando tecnologia de ponta como os semicondutores. As ZEEs servem como catalisadores de desenvolvimento econômico, atraindo investimentos e promovendo a inovação. Ao mesmo tempo, em que a população chinesa oferece um mercado interno robusto, capaz de estabilizar o crescimento econômico no cenário de incerteza global. Essa abordagem multifacetada posiciona a China de maneira estratégica para enfrentar desafios econômicos e continuar seu desenvolvimento como pivô global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram propostas formas de regionalização no território chinês a partir de cidades e regiões aglutinadoras de fluxos monetários e de áreas de importância para projeção geopolítica chinesa. Percebe-se estratégias de Estado, a longo prazo de transformação do espaço, para o crescimento econômico da China.

A sustentabilidade do modelo está baseada em novos investimentos para inovação, mercado consumidor interno e externo além de mão de obra trabalhadora deslocada de zonas rurais para zonas urbanas. O ideal centrista e de controle unipartidário chinês possibilitou além de planos socioeconômicos, a repressão de populações e supressão de liberdades individuais.

Compreender a paisagem atual de um território requer uma visão que vá além do presente, integrando uma análise profunda dos momentos constitutivos anteriores. Essa perspectiva histórica permite não apenas a melhor apreciação das características do presente, mas também uma maior capacidade de planejar e gerir o território de maneira mais sustentável e inclusiva para as gerações futuras.

O estudo de caso da China requer análises profundas aliadas a biografia geográfica extensa para o entendimento de variáveis da constituição dos territórios aqui citados e aos demais que compõem a nação oriental. As possibilidades futuras de diversos países do mundo moderno esbarram em parcerias comerciais com a China cabendo a importância da pesquisa sobre as regiões específicas chinesas produtoras de bens e produtos para o mundo.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. F.; TOYOSHIMA, S. H. Disparidade socioeconômica e fluxo migratório chinês: interpretação de eventos contemporâneos segundo os clássicos do desenvolvimento. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 1,

Geografia: Publicações Avulsas. Universidade Federal do Piauí, Teresina, v.6, n. 1, p. 6-22, jan./jun. 2024.

v. 21, 2017. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482017000100203. Acesso em: 01 mar. 2021.

BRITANNICA MONEY. **Special Economic Zone - Chinese economics**, 2026. Disponível em: <https://www.britannica.com/money/special-economic-zone>. Acesso em: 02 fev. 2026.

CHAOUI, L. K.; LEMAN, E.; RUFEL, Z. *Urban Trends and Policy in China*. **OECD, Regional Development Working Papers**, 2009. Disponível em: <https://www.oecd.org/china/42607972.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2021.

CHAUÍ, M. O que é política? In: CHAUÍ, M. **O esquecimento da Política**. Rio de Janeiro: Agir, 2007. p. 27–53

CINTRA, M. A. M.; PINTO, E. C. China e transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 37, n. 2, Apr./June. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572017000200381. Acesso em: 21 mar. 2021.

COSTA, E. B. Intervenções em Centros Urbanos no Período da Globalização. **Revista Cidades**, UNESP, São Paulo, n. 16, v. 9. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/2374/2118>. Acesso em: 15 mar. 2021.

FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. **China: uma nova História**. São Paulo: LPM, 2006.

GUIMARÃES, A. Q. A economia política do modelo econômico chinês: o estado, o mercado e os principais desafios. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 20, n. 44, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782012000400009. Acesso em: 15 mar. 2021.

HARTSHORNE, R. **propósitos e natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HORTA, C. Geografia política e Geopolítica: velhas e novas convergências. **GEOgraphia**, Niterói, v. 8, n. 15, 2006.

JABBOUR, E.; GABRIELLE, A. **China: o socialismo do século XXI**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

LIPIETZ, A. **Le national et le régional: quelle autonomie face à la crise capitaliste mondiale**. Paris: Cepremap (Couverture orange), n. 8521, 1985.

Geografia: Publicações Avulsas. Universidade Federal do Piauí, Teresina, v.6, n. 1, p. 6-22, jan./jun. 2024.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARKUSEN, A. *Sticky Place in slippery space*. **Economic Geography**, 1995.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NAKATANI, P.; FALEIROS, R. N.; VARGAS, N. C.; DELIPE, P. C. N.; GOMES, H.; TRINDADE, R. V. A Expansão Internacional da China Através da Compra de Terras no Brasil e no Mundo. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 58–73, 2014.

NONEMBERG, M. J. B. China: Estabilidade e Crescimento Econômico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000200002. Acesso em: 20 mar. 2021.

POMAR, W. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: Unesp, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SARAIVA, J. F. S. **História das relações internacionais contemporâneas**: da sociedade internacional à era da globalização. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SMITH, N. O desenvolvimento desigual. In: SMITH, N. **Para uma teoria do desenvolvimento desigual I**: a dialética da diferenciação e da igualização geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 149-190.

VIEIRA, F. V. China: crescimento econômico de longo prazo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 3, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000300005. Acesso em: 08 mar. 2021.

WEI GE. *Special Economic Zones and the Opening of the Chinese Economy: Some Lessons for Economic Liberalization*. **World Development**, [S.l.], v. 27, n. 7, 1999, p. 1267–1285. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X9900056X?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 05 fev. 2026.

WORLD BANK. **Population total**: China, [2021?]. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?locations=CN>. Acesso em: 06 mar. 2021.